RAZÕES DE ESTADO NÃO PODEM SER INVOCADAS PARA JUSTIFICAR O DESCUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO.

— É preciso advertir que as razões de Estado — quando invocadas como argumento de sustentação da pretensão jurídica do Poder Público ou de qualquer outra instituição — representam expressão de um perigoso ensaio destinado a submeter, à vontade do Príncipe (o que é intolerável), a autoridade hierárquico-normativa da própria Constituição da República, comprometendo, desse modo, a idéia de que o exercício do poder estatal, quando praticado sob a égide de um regime democrático, está permanentemente exposto ao controle social dos cidadãos e à fiscalização de ordem jurídico-constitucional dos magistrados e Tribunais.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Agravo Reg. Em Agravo de Instrumento nº 236.546

Agravante: Caixa Econômica Federal — CEF

Agravados: Adilson dos Santos Almeida e outros

Relator: Sr. Ministro CELSO DE MELLO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em *negar* provimento ao agravo regimental e impor, à Caixa Econômica Federal, a multa de 5% sobre o valor da causa, devidamente atualizado.

Brasília, 24 de agosto de 1999.

NÉRI DA SILVEIRA — PRESIDENTE
CELSO DE MELLO — RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO — (Relator): O presente *recurso de agravo*, deduzido pela Caixa Econômica Federal/CEF, sob a forma de “agravo regimental”, *insurge-se* contra decisão que — apoiada no fato de a controvérsia jurídica suscitada na causa *não* se revestir de qualificação constitucional — *negou* trânsito, nesta Corte, ao agravo de instrumento interposto pela parte ora agravante (fls. 71).

O ato decisório de que ora se recorre, fundado em *inúmeros* precedentes firmados por esta Colenda Segunda Turma, *acentuou* que o exame da matéria em debate — *correção monetária das contas vinculadas do FGTS* — reclama a *necessária* análise de diplomas normativos de *caráter infraconstitucional*, podendo configurar, acaso existente a alegada transgressão constitucional, típica hipótese de *ofensa reflexa* à Carta Política, circunstância esta que, por si só, basta para *inviabilizar* o conhecimento do recurso extraordinário.

A ora agravante, em petição *padronizada*, limitou-se, na presente sede recursal, a *renovar*, embora de maneira genérica, os fundamentos que deram suporte ao recurso extraordinário por ela interposto, *sustentando*, ainda, que o *thema decidendum* veicula, perante o Supremo Tribunal Federal, “*autêntica razão de Estado*”.

Por *não* me haver convencido das razões apresentadas, *submeto* o presente recurso à apreciação desta E. Segunda Turma.

É o relatório.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO — (Relator): O presente recurso de agravo é *inacolhível*, eis que a agravante, ao *insurgir-se* contra a decisão ora questionada, *deixou* de ilidir os fundamentos jurídicos em que se assentou esse ato decisório, *limitando-se* a reiterar, de forma genérica, as razões consubstanciadoras do apelo extremo por ela interposto.

Ao assim proceder, a parte agravante *descumpriu* uma típica obrigação processual que lhe incumbia atender, pois, como se sabe, *impõe-se* ao recorrente afastar, pontualmente, cada uma das razões invocadas como suporte da decisão agravada.

O *descumprimento* desse dever jurídico — ausência de impugnação de cada um dos fundamentos em que se apóia o ato decisório agravado — conduz, *nos termos da orientação jurisprudencial firmada por esta Suprema Corte*, ao improvimento do agravo interposto:

“*Não se revela suscetível de provimento o agravo cujas razões não impugnem os fundamentos em que se assenta o ato decisório questionado. Constitui obrigação processual indeclinável do agravante deduzir, de modo específico, as razões que possam justificar a reforma da decisão contra a qual se insurge. Precedentes.*”

(AGRMS 22.041-BA, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

“Na petição de agravo regimental é essencial que sejam afastadas as razões do último despacho atacado, assim como na petição de agravo de instrumento devem ser elididas as razões do despacho presidencial.”

(RTJ 126/864, Rel. Min. FRANCISCO REZEK)

“Agravamento Regimental que não ataca os fundamentos da decisão agravada (...). Despacho mantido.

AgRg desprovido.”

(RTJ 133/486, Rel. Min. CÉLIO BORJA)

“A jurisprudência do STF tem sistematicamente recusado provimento ao agravo cujas razões não questionam a motivação do ato decisório contra o qual se insurge.”

(RTJ 157/541, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

De qualquer maneira, a decisão ora questionada revela-se *incensurável*, eis que proferida *em conformidade* com a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, cuja orientação, na matéria ora em exame, vem sendo observada por esta Colenda Segunda Turma.

Com efeito, os fundamentos em que se apóia o recurso de agravo foram *repelidos* por esta Turma do Supremo Tribunal Federal, no julgamento de outras causas *idênticas* à que emerge do processo em análise, nas quais, *em decisões colegiadas contrárias à postulação da recorrente*, resolveu-se, definitivamente, o mesmo tema, que, agora, *uma vez mais*, é suscitado nesta sede recursal (Ag 204.368-RS (AgRg), Rel. Min. NELSON JOBIM — Ag 214.080-PR (AgRg), Rel. Min. ILMAR GALVÃO — RE 226.414-RS (AgRg), Rel. Min. CARLOS VELLOSO — RE 227.790-RS (AgRg), Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, v.g.).

Cumprе ressaltar, por necessário, na linha da decisão ora agravada, que a suposta ofensa ao texto constitucional, *acaso existente*, apresentar-se-ia por via reflexa, eis que a sua constatação reclamaria — *para que se configurasse* — a formulação de juízo prévio de legalidade fundado na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. Não se tratando de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, como exigido pela jurisprudência da Corte (RTJ 120/912, Rel. Min. SYDNEY SANCHES — RTJ 132/455, Rel. Min. CELSO DE MELLO), *tornava-se inviável* o trânsito do recurso extraordinário.

Cabe destacar, ainda, que, em petição recursal *padronizada*, a Caixa Econômica Federal, *insistindo* na reforma da decisão ora questionada, suscita um outro argumento: o de que a natureza da matéria discutida no processo e as graves consequências que dela decorrem *justificam* a alegação de que o Supremo Tribunal Federal, para resolver a presente causa, *deve considerar* que “*está diante de autêntica razão de Estado*” (fls. 75).

Esse outro fundamento em que se apóia a pretensão recursal da Caixa Econômica Federal, *além de inaceitável*, revela-se *incompatível* com a própria essência de que se acha impregnada a noção de Estado Democrático de Direito.

Impõe-se *advertir*, com apoio em *autorizado* magistério doutrinário (EDUARDO GARCÍA DE ENTERRÍA, “*La lucha contra las inmunidades del poder*”, 3ª ed., 1983, Editorial Civitas, Madrid), que as *razões de Estado* — quando invocadas como argumento de sustentação da pretensão jurídica do Poder Público ou de qualquer outra instituição — representam expressão de um *perigoso* ensaio destinado a submeter, à *vontade do Príncipe* (o que é intolerável), a autoridade hierárquico-normativa da própria Constituição da República, *comprometendo*, desse modo, a *idéia* de que o *exercício* do poder estatal, quando praticado sob a égide de um regime democrático, está *permanentemente* exposto ao *controle* social dos cidadãos e à *fiscalização* de ordem jurídico-constitucional dos magistrados e Tribunais.

O Supremo Tribunal Federal, *por mais de uma vez*, teve o ensejo de *repelir* esse argumento de ordem política (RTJ 164/1145-1146, Rel. Min. CELSO DE MELLO), *por entender* que a invocação das *razões de Estado* — além de *deslegitimar-se* como fundamento idôneo de impugnação judicial — *representaria*, por efeito das *gravíssimas* consequências provocadas por seu eventual reconhecimento, uma *ameaça inadmissível* às liberdades públicas, à supremacia da ordem constitucional e aos valores democráticos que a informam, *culminando* por introduzir, no sistema de direito positivo, um *preocupante* fator de ruptura e de desestabilização:

“*Motivos de ordem pública ou razões de Estado* — que muitas vezes configuram fundamentos políticos destinados a justificar, pragmaticamente, *ex parte principis*, a *inaceitável* adoção de medidas que *frustram* a plena eficácia da ordem constitucional, *comprometendo-a* em sua integridade e *desrespeitando*—

a em sua autoridade — *não podem* ser invocados para viabilizar o *descumprimento* da própria Constituição (...).”

(Ag nº 244.578-RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Desse modo, torna-se *inadmissível* reconhecer qualquer legitimidade (e procedência) ao argumento deduzido pela Caixa Econômica Federal, que, *apoiando-se em motivos de caráter evidentemente metajurídico*, busca fazer prevalecer, *ainda que em detrimento da própria Constituição da República*, imperscrutáveis razões de Estado.

Sendo assim, tendo presentes as razões expostas, *nego* provimento ao presente recurso de agravo e, *considerando* o que dispõe o art. 557, § 2º, do CPC, na redação dada pela Lei nº 9.756/98, *condeno* a parte ora agravante ao pagamento da *multa* de 5% (cinco por cento) sobre o valor corrigido da causa, *ficando*, a

interposição de *qualquer* outro recurso, *condicionada* ao depósito do respectivo valor.

É o meu voto.

EXTRATO DE ATA

AGRAVO REG. EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 236.546-7

Proced.: Espírito Santo

Relator: Min. Celso de Mello

Agte.: Caixa Econômica Federal — CEF

Advdos.: Deocleciano Batista e Outros

Agdos.: Adilson dos Santos Almeida e Outros

Advdos.: Regina Celi Zocatelli e Outros

Decisão: Por unanimidade, a Turma *negou* provimento ao agravo regimental e *impôs*, à Caixa Econômica Federal, a multa de 5% sobre o valor da causa, devidamente atualizado. 2ª Turma, 24.08.99.